

Mato Grosso poderá rolar suas dívidas

por Marcos Coutinho *
de Cuiabá

O Ministério da Fazenda deverá autorizar a Caixa Econômica Federal (CEF) a incluir os empréstimos-ponte contratados pelo governo de Mato Grosso junto ao Banco do Brasil e na própria Caixa, de R\$ 76 milhões e R\$ 78 milhões, respectivamente, na rolagem das dívidas bancárias, autorizada pelo voto 122/96 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O ministro admitiu esta possibilidade na quinta-feira passada em reunião mantida com o governador Dante de Oliveira e seus secretários da área econômica. Com a abertura desse precedente, a Caixa estaria autorizada a adquirir todas as dívidas bancárias do estado, contratadas em operações de antecipação de receitas orçamentárias (ARO) nos bancos privados em empréstimos-ponte das instituições bancárias estatais.

"Com a abertura do precedente, Mato Grosso deixará de pagar cerca de R\$ 37,3 milhões em amortizações do principal das dívidas, nos 90 dias de prazo concedidos pelo governo", disse o secretário de Fazenda, Valter Albano, ressaltando que o "custo mensal" no mesmo período ficaria reduzido a apenas R\$ 23 milhões. Este montante, segundo Albano, corresponde aos juros que não foram dispensados da "moratória parcial" do Conselho Monetário Nacional.

O voto 122/96 autoriza somente a

compra das ARO dos estados contratados nos bancos privados, excluindo as dívidas das instituições bancárias estatais. Mato Grosso será diretamente beneficiado pela ampliação do voto porque seus débitos de curto prazo, ARO mais os empréstimos do Banco do Brasil e da CEF, beiram a casa dos R\$ 400 milhões.

O governador só não conseguiu convencer Malan e sua equipe a conceder a moratória plena, suspendendo também por três meses o pagamento dos juros. A rolagem, caso seja consolidada, está prevista para 30 meses, com carência de quatro meses, e nas condições atuais mantidas pela Caixa, informou Albano.

Em coletiva concedida no final da tarde de ontem, o governador considera a ampliação do voto como "positiva" para o equilíbrio das finanças estaduais, apesar da manutenção do pagamento do principal. Até o final deste mês, o governo espera conseguir uma nova liberação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de valor ainda não estipulado, a título de antecipação da privatização da Centrais Elétricas Matogrossenses (Cemat).

"Não se trata de um novo financiamento, mas de uma antecipação que terá as ações da Cemat como caução", explicou Dante de Oliveira.

* Especial para a Gazeta Mercantil.